



## PRÁTICAS DOCENTES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA

Walber Christiano Lima da Costa (Coordenador do Projeto)<sup>1</sup> - Unifesspa  
*walber@unifesspa.edu.br*

**Agência Financiadora:** UNIFESSPA/PNAES

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Educação Matemática Inclusiva

### 1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira começa a ganhar novos rumos a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). De fato, nossa Carta Maior nos traz informações que coadunam para vermos diversas transformações no cenário escolar. A perspectiva de uma educação para todos, de forma justa e igualitária acelera no advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). No cenário educacional, vemos que as pessoas com deficiência por muitos anos eram sempre esquecidas, porém, diversas legislações aliadas as citadas, começaram a dar voz a esse público antes excluído. A saber: Brasil (2000; 2002; 2005; 2015).

Ao olharmos as legislações, percebemos que o avanço aos direitos educacionais das pessoas com deficiência é uma realidade, porém vemos que por parte das instituições ainda é comum vermos os professores, por exemplo, preocupados pois se sentem muitas vezes sem as preparações adequadas para ministrar aula para o público com deficiência. Tal situação nos remete ao pensamento de Fleury (2006, p. 509), onde o autor destaca que para o professor é “necessário desenvolver novas estratégias de comunicação, múltiplas linguagens e técnicas didáticas”.

Em 2017 tivemos a oportunidade de aplicar o projeto “TRADUÇÃO DA LINGUAGEM MATEMÁTICA: um estudo a partir do modelo referencial da linguagem para alunos surdos”. Tal projeto nos apresentou alguns resultados a partir das atividades que desenvolvemos. As atividades aplicadas ao longo do projeto basearam em verificar o processo de tradução dos alunos surdos em relação aos conteúdos matemáticos. As atividades eram apresentadas em Língua Portuguesa, e aguardávamos os desempenhos dos alunos para em seguida fazermos a aplicação das atividades em Libras pelo coordenador e bolsistas em sala. Tal estratégia foi possível a partir do domínio da teoria aprendizagem de matemática por atividades (SÁ, 2009).

Consideramos que estas atividades serviram tanto no trabalho nas escolas da educação básica quanto também no exercício e trabalho dos alunos e do docente nas atividades universitárias. Tal projeto vejo que motivou a aprofundarmos mais a temática educação de surdos e matemática. Em 2018 apresentamos o projeto “EDUCAÇÃO DE SURDOS NO CONTEXTO PARAENSE: um estudo a partir da Tradução de Textos Matemáticos” proporcionou investigarmos um panorama sobre a educação de surdos em relação a matemática. Esta investigação nos deixou inquietações sobre as outras necessidades especiais e como os profissionais de educação, especialmente os da matemática estão vendo as pessoas com deficiência em suas aulas.

Fernandes e Healy (2007, p.1) destacam que

---

<sup>1</sup>Doutor em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA). Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACED/ICH/Unifesspa). Coordenador do projeto “Educação Matemática Inclusiva: Reflexões Sobre As Práticas Docentes”.



O movimento pela inclusão presente em nosso cotidiano, seja pela mídia, por organizações sociais ou por políticas públicas, tem consolidado um novo paradigma educacional no Brasil – a construção de uma escola aberta e acolhedora das diferenças. Este paradigma tem levado a busca de uma necessária transformação da escola e das alternativas pedagógicas com o objetivo de promover uma educação para todos nas escolas regulares.

Observando as discussões envolvendo a inclusão, por exemplo, verificamos a necessidade da Libras estar presente nas aulas de matemática para que seja proporcionada uma forma diferenciada de aprendizagem para os alunos surdos.

Consideramos ainda que a criação em 2013, por parte da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) do GT 13 denominado de Diferença, Inclusão e Educação Matemática, mostra que o tema educação matemática inclusiva apesar de ser recente, deve ser visto como uma necessidade de ser discutida e investigada cientificamente (COSTA, 2019). Entendemos e acreditamos que as escolas devem estar preparadas para um Atendimento Educacional Especializado (AEE), justo e com qualidade visando às aprendizagens dos alunos. Vemos aí a importância de se discutir o tema e propomos o projeto “EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DOCENTES”.

O projeto apresentava os seguintes objetivos: Investigar a aprendizagem em matemática dos alunos com deficiência, observando as práticas docentes adotadas com esses alunos (GERAL); Analisar os processos tradutórios dos alunos com deficiência nas aulas de matemática (ESPECÍFICO 1); Investigar quais as escolhas metodológicas docentes nas aulas de matemática com alunos com deficiência nas escolas regulares (ESPECÍFICO 2); Caracterizar o papel do Atendimento Educacional Especializado no ensino de matemática para os alunos com deficiência (ESPECÍFICO 3).

## 2. MATERIAS E MÉTODOS

A pesquisa realizada apresentou as seguintes etapas: levantamento bibliográfico da literatura a partir das palavras-chave desta pesquisa: Matemática. Educação. Pessoas com Deficiência. Ensino. Aprendizagem. Educação Inclusiva. Linguagem Matemática. Filosofia da Linguagem. Educação Matemática Inclusiva. Tal etapa foi fundamental para que os envolvidos no projeto pudessem conhecer um pouco mais do cenário teórico que envolve a temática central.

Destacando ainda que durante o planejamento, realizamos reuniões semanais com o grupo de pesquisadores para discussão e execução do projeto, conforme a atuação profissional e linha de pesquisa dos integrantes do grupo e investigação dos problemas inerentes à educação matemática e o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Após esta etapa, organizamos uma oficina temática para docentes, técnicos e corpo gestor de uma escola do município de Marabá. Tal escola foi selecionada devido ao grande número de alunos com deficiência.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em aspectos técnicos de produtividade, durante a execução do projeto, a partir das pesquisas proporcionadas, tivemos a publicação de 8 (oito) artigos em anais de evento, sendo 3 (três) em eventos internacionais; um capítulo de livro que foi a partir das discussões transversais dos resultados do projeto.

Em relação aos aspectos da oficina temática, a mesma ocorreu durante o mês de outubro de 2020, e a mesma foi de grande importância para levantamento dos resultados.

Inicialmente, acerca do Específico 1, constatamos que diversos alunos apresentam diversas dificuldades com os conteúdos matemáticos, haja vista que estão realizando traduções de forma referencial.



Acerca do Específico 2, verificamos que a maior parte dos docentes utilizam de diversos recursos visuais e didáticos que visam proporcionar cenários favoráveis a aprendizagem dos discentes.

Sobre o Específico 3, constatamos que o papel do AEE é entendido pelos docentes e veem os profissionais como colaboradores essenciais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o projeto se deu de forma satisfatória, haja vista que os objetivos foram alcançados e que a partir das experiências vivenciadas, tivemos a oportunidade de ouvir os participantes da oficina e a partir daí idealizar projetos continuidade que estão sendo já executados na Unifesspa.

Falar da Educação Matemática Inclusiva é um desafio constante, pois é um campo de pesquisa em crescimento e na dimensão da formação dos professores que atuam com alunos com deficiência vemos que precisam ocorrer mais investigações como a nossa para ampliarmos nossas discussões e divulgarmos cada vez mais essa área em crescimento.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. 11ª Ed., 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acessada em: 01 de Outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm)>. Acessada em: 02 de Outubro de 2020.

COSTA, Walber Christiano Lima da. O modelo referencial da linguagem na Tradução-Interpretação da linguagem Matemática pelos surdos usuários da Libras. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Em Educação em Ciências e Matemáticas. Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2019.

FERNANDES, Solange Hassan Ahmad Ali; HEALY, Lulu. Ensaio sobre a inclusão na Educação Matemática. Revista iberoamericana de educação matemática, 2007. n. 10, p.5976.

SBEM. Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Grupos de Trabalho. Disponível em: <http://www.sbembrasil.org.br/sbembrasil/index.php/grupo-de-trabalho/gt>. Acessado em: 30 de Setembro de 2020.